

Relações entre Isomorfismo Coercitivo e Governança Ambiental: Uma Revisão Integrativa sob a Perspectiva da Teoria Institucionalista e Sistêmica

Marília Cristine Valente Viana ¹, Adriana Patrícia Ferreira do Carmo ², Isidro José Bezerra Maciel Fortaleza do Nascimento ³, Evanilde Mariano dos Santos ⁴, Fábio André de Farias Vilhena ⁵, Júlio César Messias Duarte ⁶, Hugo Silva Ferreira ⁷, Jorge Martins Fagundes ⁸, Martin Paulus Melo de Sousa ⁹, Paulo Sergio Santos Moreira ¹⁰, Rafael Soares Cardoso ¹¹, Rosimary Botelho de Santana ¹², Simone Aparecida Guimarães Costa Nascimento ¹³, Tobias Saraiva Cavalcante Júnior ¹⁴, Edson Nogueira da Silva ¹⁵

¹(Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Maranhão, Brasil)

²(Mestranda em Administração, Must University, EUA)

³(Doutor em Educação, Universidade de São Paulo, Brasil)

⁴(Mestranda em Administração, Must University, EUA)

⁵(Doutorando em Administração, Faculdade Interamericana de Ciências Sociais, Paraguai)

⁶(Mestre em Gestão Pública, Universidade de Brasília, Brasil)

⁷(Doutorando em Administração, Faculdade Interamericana de Ciências Sociais, Paraguai)

⁸(Mestre em História, Universidade de Vassouras, Brasil)

⁹(Mestrando em Administração, Must University, EUA)

¹⁰(Doutorando em Educação, Universidade de La Empresa, Uruguai)

¹¹(Mestrando em Avaliação, Cesgranrio, Brasil)

¹²(Mestranda em Sistemas de Gestão, Universidade Federal Fluminense, Brasil)

¹³(Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil)

¹⁴(Doutorando em Educação, Faculdade Interamericana de Ciências Sociais, Paraguai)

¹⁵(Doutorando em Administração, Faculdade Interamericana de Ciências Sociais, Paraguai)

Abstract:

Background: Este artigo investiga as relações entre o isomorfismo coercitivo e a governança ambiental, sob uma lente integradora que combina a Teoria Institucional com elementos da Teoria Sistêmica.

Materials and Methods: Por meio de uma **revisão sistemática da literatura** realizada na base Web of Science (2020–2025), foram selecionados 15 artigos que abordam diretamente essas interações, compondo um corpus analítico explorado qualitativamente. A análise foi estruturada em três categorias: **(i)** pressões coercitivas e conformidade estratégica; **(ii)** fragilidade institucional e adoção simbólica; e **(iii)** convergência sistêmica e governança multiescalar. (10)

Results: Os resultados indicam que a eficácia do isomorfismo coercitivo na promoção da sustentabilidade ambiental é altamente dependente da densidade institucional e da capacidade adaptativa das organizações. Em contextos regulatórios robustos, pressões coercitivas conseguem induzir melhorias reais, especialmente quando articuladas a redes transnacionais e coalizões multissetoriais. Por outro lado, em ambientes periféricos com baixo enforcement, predominam respostas simbólicas e adesão superficial às normas ambientais. A governança ambiental eficaz, portanto, emerge não apenas de imposições legais verticais, mas da inserção das organizações em ecossistemas regulatórios interdependentes, onde a coerção é exercida por múltiplos atores e canais de influência..

Conclusion: Conclui-se que o isomorfismo coercitivo exerce influência significativa sobre a governança ambiental, mas sua efetividade depende fortemente da articulação com fatores institucionais e sistêmicos. Em ambientes regulatórios densos e interconectados, onde há alinhamento entre normas externas e valores organizacionais, observa-se maior internalização de práticas sustentáveis. Por outro lado, em contextos periféricos e institucionalmente frágeis, predominam respostas simbólicas e conformidade ritualizada, limitando o impacto transformador das pressões coercitivas. A análise demonstra que a coerção institucional eficaz não opera isoladamente, mas em sinergia com redes transnacionais, pressões normativas difusas e

estruturas de aprendizado organizacional. Portanto, a governança ambiental baseada exclusivamente em imposições legais tende à superficialidade, enquanto abordagens que integram teoria institucional e leitura sistêmica oferecem maior poder explicativo e potencial de transformação. O estudo reforça a importância de políticas públicas que considerem a complexidade dos ecossistemas regulatórios e promovam capacidades institucionais locais para absorção crítica e adaptativa das pressões ambientais.

Key Word: *Isomorfismo Coercitivo, Governança Ambiental, Teoria Institucional, Sustentabilidade, Conformidade Organizacional.*

Date of Submission: 04-07-2025

Date of Acceptance: 14-07-2025

I. Introduction

A governança ambiental tem sido fortemente influenciada por pressões regulatórias e normativas, fenômeno amplamente explicado pelo isomorfismo coercitivo da Teoria Institucional, que destaca como as organizações tendem a se conformar a exigências legais e normativas para obter legitimidade (DiMaggio; Powell, 1983).

No entanto, os estudos ainda são incipientes quanto à forma como essas pressões moldam práticas ambientais sob uma perspectiva sistêmica e institucional combinada. É necessário, portanto, integrar os conhecimentos dispersos e avaliar como os construtos institucionais se articulam com os mecanismos de governança em prol da sustentabilidade.

Nesse contexto, esta pesquisa propõe-se a responder: De que maneira o isomorfismo coercitivo influencia as práticas de governança ambiental sob uma perspectiva institucionalista e sistêmica na literatura científica?

II. Material And Methods

Esta pesquisa adota o método de revisão sistemática da literatura, com foco na identificação e análise de produções científicas relacionadas ao isomorfismo coercitivo e à governança ambiental sob a perspectiva da Teoria Institucional e Sistêmica. O levantamento foi realizado na base de dados Web of Science (WoS), utilizando como critérios de filtragem: publicações do tipo artigo, com acesso aberto e publicadas entre os anos de 2020 a 2025.

A partir da busca inicial, realizou-se uma triagem dos títulos, resumos e palavras-chave, a fim de selecionar os estudos com maior aderência à pergunta norteadora da pesquisa. Foram selecionados 15 artigos que apresentavam contribuições significativas e alinhamento direto com os construtos teóricos abordados, formando o corpus analítico deste estudo.

Os artigos foram categorizados de forma qualitativa, conforme a natureza das evidências empíricas apresentadas e os enfoques teóricos adotados, permitindo a construção de três categorias analíticas. A discussão dos resultados foi estruturada por meio de triangulação com a literatura teórica clássica e recente, buscando identificar padrões, tensões e lacunas nas abordagens sobre coerção institucional e sustentabilidade ambiental.

III. Revisão de Literatura

Fundamentos da Teoria Institucional e o Isomorfismo Coercitivo

A Teoria Institucional se tornou central na explicação de como organizações conformam-se a expectativas externas em campos organizacionais densamente regulados. Ela propõe que instituições moldam comportamentos organizacionais não apenas por eficiência técnica, mas por pressões sociais que induzem à legitimação (DiMaggio & Powell, 1983). O conceito de isomorfismo institucional descreve esse processo de homogeneização, onde práticas similares emergem pela ação de mecanismos coercitivos, miméticos e normativos. Essa abordagem desloca a ênfase das decisões racionais para os vínculos entre estruturas organizacionais e regras institucionais amplamente aceitas.

Em particular, o isomorfismo coercitivo — derivado de pressões legais, regulamentares e formais — tem sido identificado como força dominante na adoção de práticas de governança ambiental. Tais pressões muitas vezes provêm de atores estatais, tratados internacionais ou organismos certificadores que impõem padrões mínimos de desempenho ambiental (Kahupi et al., 2024). A homogeneização resultante dessa dinâmica tem como efeito a padronização de relatórios ESG, metas de emissões e sistemas de auditoria ambiental, ainda que nem sempre acompanhadas de mudanças substantivas nos processos internos das organizações (Chen et al., 2025).

Contudo, estudos apontam que o efeito do isomorfismo coercitivo depende da forma como essas exigências são percebidas internamente. Em contextos onde há alto grau de coerência entre as normas externas e os valores organizacionais, observa-se maior probabilidade de internalização efetiva, resultando em práticas ambientalmente robustas (de Gier et al., 2025). Por outro lado, quando as exigências são vistas como imposições

distantes ou desconectadas da realidade operacional, organizações tendem a responder de maneira simbólica ou meramente formalista (Laallam et al., 2024).

Além disso, pressões coercitivas não operam isoladamente: elas frequentemente se combinam com forças normativas e miméticas, criando campos de ambiguidade institucional onde múltiplos modelos disputam hegemonia. Estudos recentes mostram que o desempenho ambiental só é impactado positivamente quando existe sinergia entre coerção externa e capacidade organizacional para aprendizado institucional (Duan et al., 2025). Essa constatação reforça a necessidade de abordagens que ultrapassem o mecanicismo legalista e incorporem dimensões adaptativas e interpretativas da teoria.

Ecologias Multiescalares e Governança Ambiental

Recentemente, autores têm ampliado a Teoria Institucional com elementos da Teoria Sistêmica, reconhecendo que as pressões coercitivas emergem não apenas de entidades estatais formais, mas de ecossistemas institucionais multiescalares. Essas redes envolvem arranjos públicos e privados que operam simultaneamente em âmbitos locais, nacionais e transnacionais, impondo lógicas regulatórias múltiplas às organizações (Xiaoqian & Yu, 2025). Assim, a governança ambiental passa a ser entendida como produto de interações entre múltiplos subsistemas, onde normas não são apenas impostas, mas negociadas e mediadas por atores institucionais diversos.

A lente sistêmica permite ainda compreender como circuitos de governança ambiental são permeados por feedbacks e retroalimentações interinstitucionais. A atuação de coalizões transversais — como ONGs globais, consórcios de cidades e mercados de carbono — produz novas formas de isomorfismo difuso, em que a coerção ocorre pela adesão estratégica a padrões globais para garantir acesso a recursos ou legitimação reputacional (Duan et al., 2025). Nesses arranjos, a eficácia normativa das pressões coercitivas depende da densidade institucional do campo e da capacidade das organizações de conectar-se a redes regulatórias distribuídas.

Em contextos periféricos ou institucionalmente frágeis, a lógica sistêmica também explica a fragilidade do isomorfismo coercitivo. Nestes cenários, a ausência de enforcement adequado e o fraco alinhamento entre subsistemas de governo, mercado e sociedade civil levam à desconexão entre regulação formal e comportamento organizacional efetivo (Kashi et al., 2024). Isso resulta em práticas ambientais fragmentadas e efeitos limitados de padronização institucional, reforçando a importância de pensar a coerção dentro de sistemas ecologicamente e institucionalmente integrados.

Portanto, a integração entre Teoria Institucional e Sistêmica oferece maior poder explicativo à análise da governança ambiental, permitindo entender como regras formais interagem com fluxos de poder e estrutura relacional entre atores. Essa abordagem composta possibilita análises mais nuançadas sobre a eficácia das políticas ambientais e sua capacidade de induzir transformações organizacionais duradouras em ecossistemas regulatórios complexos (Ćwiklicki et al., 2024).

IV. Result

Categoria 1 – Pressões Coercitivas e Conformidade Estratégica

Empresas inseridas em mercados altamente regulamentados tendem a adotar práticas ambientais como forma de mitigar riscos institucionais e reputacionais. Essa internalização, no entanto, é marcada por estratégias de compliance que visam principalmente atender a métricas impostas por agentes externos, mais do que modificar a lógica operacional das organizações (Heikkinen et al., 2023). A legitimação buscada ocorre por meio de sinalizações simbólicas – como certificações e relatórios ESG – que nem sempre correspondem a mudanças substantivas em processos ou produtos (González-Sánchez et al., 2022).

Estudos realizados em setores de alta intensidade regulatória revelam que a imposição de normas ambientais rígidas cria incentivos para a padronização de práticas entre concorrentes. Esse movimento de homogeneização normativa pode levar à erosão da inovação ambiental, transformando os padrões mínimos em teto regulatório (Rossi et al., 2021). Ainda assim, em contextos com enforcement robusto e pressão da sociedade civil, há evidência de que o isomorfismo coercitivo consegue gerar melhorias concretas na governança socioambiental (Singh et al., 2022).

A articulação entre regulação formal e legitimidade social é determinante para o grau de adesão organizacional às normas ambientais. Quando há congruência entre expectativas institucionais e valores organizacionais, as práticas de sustentabilidade são incorporadas com maior profundidade. Por outro lado, a ausência dessa convergência gera adesão superficial e processos de fachada institucional, limitando os efeitos transformadores da regulação (Wang & Zhang, 2020).

Categoria 2 – Fragilidade Institucional e Adoção Simbólica

Em economias emergentes e regiões periféricas, as pressões coercitivas enfrentam limites estruturais impostos por fragilidades institucionais, baixo enforcement e ausência de cultura regulatória. Nesses cenários, a adoção de práticas ambientais se dá majoritariamente por mimetismo superficial, voltado à manutenção da imagem corporativa diante de investidores internacionais e organismos multilaterais (Javed et al., 2022). O efeito prático é a proliferação de políticas simbólicas desconectadas das rotinas organizacionais.

O distanciamento entre normas formais e práticas reais é agravado pela fragmentação dos sistemas de governança ambiental. A presença de múltiplas fontes de regulação – locais, nacionais e globais – com baixa articulação entre si, gera ambiguidade normativa e incentiva comportamentos adaptativos de baixa intensidade (Wang et al., 2021). Essa ecologia institucional fraca abre espaço para “zonas cinzentas” de sustentabilidade, onde a conformidade é estratégica e pouco transformadora.

Mesmo entre empresas de setores sensíveis à pressão ambiental, como mineração e energia, observa-se uma tendência à adoção de soluções padronizadas sem avaliação crítica de seus impactos territoriais. Isso reflete não apenas déficits de enforcement, mas também limitações cognitivas na interpretação da coerção ambiental como oportunidade estratégica (Shahzad et al., 2023). A ausência de capacidades institucionais locais contribui para essa conformidade ritualizada e com baixo valor adicionado em termos de sustentabilidade real.

Categoria 3 – Convergência Sistêmica e Governança Multiescalar

A atuação de múltiplos atores em ecossistemas regulatórios interdependentes amplia o alcance do isomorfismo coercitivo ao inserir organizações em redes transnacionais de exigências normativas. Empresas passam a responder não apenas a agências estatais, mas também a pressões difusas de stakeholders, consumidores e certificadoras multilaterais, o que redefine as lógicas tradicionais de governança ambiental (Tao et al., 2022). Essa convergência gera formas híbridas de coerção, em que a conformidade é negociada em circuitos multinível.

A presença de coalizões regulatórias envolvendo ONGs, organismos multilaterais e consórcios regionais cria mecanismos de coerção indireta que operam por difusão normativa. Nessas configurações, a governança ambiental é moldada por processos de aprendizagem institucional e reconfiguração estratégica contínua, ancorados em indicadores globais de desempenho socioambiental (Sun et al., 2023). Essa lógica complexifica o campo institucional e exige maior capacidade adaptativa por parte das organizações.

Ambientes institucionais densos e interconectados tendem a induzir práticas mais robustas de sustentabilidade. Organizações que operam simultaneamente em múltiplas jurisdições passam a internalizar requisitos regulatórios avançados mesmo em países com fraca regulação local, gerando efeitos de spillover positivo. A coerção, nesse contexto, não opera apenas por imposição vertical, mas por redes institucionais que incentivam a convergência para padrões globais (Chen et al., 2020).

V. Discussion

A predominância de estratégias organizacionais voltadas à conformidade normativa, mais do que à transformação interna, corrobora a concepção clássica de isomorfismo coercitivo formulada por DiMaggio e Powell (1983), segundo a qual as organizações respondem a pressões regulatórias em busca de legitimidade institucional, mesmo quando isso não implica mudanças substantivas. Essa lógica é evidente na forma como práticas ambientais são adotadas por empresas inseridas em setores altamente regulamentados, muitas vezes orientadas mais para o atendimento formal de métricas externas do que para reestruturações operacionais consistentes. Estudos como os de González-Sánchez et al. (2022) e Heikkinen et al. (2023) já haviam apontado essa tendência ao simbolismo organizacional, especialmente quando o compliance é utilizado como ferramenta de gestão reputacional. Tal constatação revela que o processo de homogeneização institucional nem sempre se traduz em inovação ou ganhos ambientais efetivos — o que impõe limites à eficácia normativa do isomorfismo coercitivo em ambientes onde a regulação opera isoladamente.

Por outro lado, o grau de adesão das organizações às normas ambientais parece depender da capacidade de alinhamento entre os imperativos externos e os valores internos. Essa relação de congruência institucional foi destacada por Wang e Zhang (2020), que demonstram como o comprometimento real com a sustentabilidade está condicionado à internalização valorativa das pressões regulatórias, e não apenas à obediência formal. Nesses casos, o isomorfismo coercitivo ganha densidade e potencial transformador, atuando em sinergia com a cultura organizacional. Esse ponto também é reforçado por Kahupi et al. (2024), ao indicarem que a resposta das empresas às normas ambientais varia conforme a presença (ou ausência) de estruturas internas de aprendizado institucional.

Contudo, essa lógica não se sustenta em contextos periféricos ou institucionalmente frágeis, onde a presença do Estado regulador é instável e os sistemas de enforcement são historicamente debilitados. Nesses ambientes, as pressões coercitivas enfrentam limites estruturais, conforme indicado por Javed et al. (2022), o que resulta na adoção simbólica de políticas ambientais voltadas à manutenção da imagem institucional junto a

investidores e organismos multilaterais, sem alteração substantiva de processos. A fragmentação normativa — marcada pela sobreposição de normas locais, nacionais e globais — contribui para esse cenário ambíguo, como diagnosticado por Wang et al. (2021), gerando zonas de conformidade superficial onde a sustentabilidade é mais um enunciado do que uma prática efetiva.

O problema é agravado pela baixa densidade institucional e pela fragilidade dos ecossistemas locais de governança. Quando não há articulação entre os diferentes níveis de regulação ou capacidade institucional para interpretar a coerção como oportunidade estratégica, prevalecem respostas formais e ritualizadas. Shahzad et al. (2023) demonstram como, mesmo em setores sensíveis como energia e mineração, a adoção de soluções padronizadas ocorre sem avaliação crítica de seu impacto territorial, revelando a limitação cognitiva das empresas frente à complexidade das agendas sustentáveis.

Em contraste, contextos regulatórios interdependentes e institucionalmente densos, como os analisados por Tao et al. (2022) e Sun et al. (2023), apresentam maior propensão à internalização robusta das exigências ambientais. Nessas configurações, a coerção não emana apenas do Estado, mas é exercida por redes multinível que incluem ONGs, certificadoras multilaterais e coalizões de stakeholders, configurando formas híbridas de isomorfismo sistêmico. Essa governança distribuída redefine os vetores de conformidade organizacional, promovendo processos de aprendizagem institucional contínuos e realocando as fronteiras tradicionais da regulação.

A governança ambiental, nesse modelo multiescalar, opera por meio de retroalimentações normativas, onde a adesão a padrões globais se torna condição para acesso a recursos, mercados e legitimidade reputacional. Chen et al. (2020) destacam que, mesmo em países com baixa regulação ambiental, empresas inseridas em cadeias globais tendem a adotar práticas avançadas de sustentabilidade por spillover institucional. Isso evidencia que o isomorfismo coercitivo, quando articulado a pressões de mercado, redes transnacionais e compromissos voluntários, amplia seu alcance e eficácia.

Essa análise demonstra que a efetividade da coerção institucional depende menos de sua origem (formal ou difusa) e mais da densidade e da articulação sistêmica do campo institucional. A coerção bem-sucedida não é aquela que impõe padrões de cima para baixo, mas a que se conecta com fluxos institucionais multiescalares e é absorvida por organizações com capacidade adaptativa. Essa constatação exige o abandono de visões lineares sobre a regulação ambiental e impõe a necessidade de abordagens analíticas mais complexas, capazes de integrar teoria institucional e leitura sistêmica — como propõe Ćwiklicki et al. (2024) ao analisarem a economia circular sob uma perspectiva integrada de governança.

VI. Conclusion

Buscando responder à pergunta norteadora — de que maneira o isomorfismo coercitivo influencia as práticas de governança ambiental sob uma perspectiva institucionalista e sistêmica na literatura científica — esta revisão sistemática analisou os principais achados recentes sobre o tema, integrando diferentes perspectivas teóricas e contextuais.

Os resultados indicam que o isomorfismo coercitivo, enquanto mecanismo institucional, exerce influência significativa sobre a adoção de práticas ambientais, mas seus efeitos são altamente condicionados por fatores como coerência normativa, densidade institucional e capacidade de articulação multiescalar. Evidenciou-se que, em contextos com forte enforcement e articulação entre atores estatais e não estatais, as pressões coercitivas são mais eficazes, promovendo internalização consistente de padrões ambientais. Por outro lado, em ambientes periféricos ou institucionalmente frágeis, prevalece a adoção simbólica e ritualizada, com baixa aderência prática e reduzido impacto transformador.

Ao integrar as contribuições da Teoria Institucional — sobretudo no conceito de isomorfismo coercitivo — com a Teoria Sistêmica, o estudo amplia o entendimento das relações entre coerção regulatória e sustentabilidade, destacando a importância de abordagens analíticas que considerem a complexidade dos ecossistemas regulatórios e a atuação distribuída dos atores envolvidos.

Como contribuição teórica, reforça-se que o isomorfismo coercitivo não pode ser analisado de forma isolada, sendo necessário compreendê-lo em articulação com mecanismos normativos, miméticos e com a estrutura multiescalar da governança contemporânea. Do ponto de vista prático, os achados sugerem que políticas públicas e estratégias organizacionais voltadas à sustentabilidade precisam priorizar a densificação institucional, o alinhamento valorativo e o fortalecimento das redes de governança ambiental.

Propõe-se, como agenda futura, a realização de estudos empíricos comparativos em realidades institucionais diversas, com foco nos mecanismos de mediação entre coerção formal e aprendizagem organizacional. A incorporação de variáveis contextuais e culturais, bem como a análise longitudinal dos efeitos da coerção ambiental, também despontam como caminhos promissores para aprofundar o debate sobre governança e sustentabilidade sob a ótica da Teoria Institucional Sistêmica.

References

- [1]. Chen, Y., Wang, Y., & Li, X. (2020). Environmental regulations and green innovation: Evidence from China. *Journal of Cleaner Production*, 261, 121208. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.121208>
- [2]. Chen, C., Lv, L., & Xu, C. (2025). Forced or willing: A study of corporate ESG peer effects and value from the perspective of institutional isomorphism. *BRQ Business Research Quarterly*. <https://doi.org/10.1016/j.brq.2025.01.003>
- [3]. Ćwiklicki, M., Baryła, M., & Mirzyńska, A. (2024). Circular economy adoption at the regional level: A neo-institutional perspective. *European Planning Studies*, 32(1), 19–38. <https://doi.org/10.1080/09654313.2023.2234560>
- [4]. de Gier, A., Gottlieb, S. C., & Frederiksen, N. (2025). Construction clients as drivers of change? How communities filter institutional pressures for sustainability. *Construction Management and Economics*, 43(2), 142–160. <https://doi.org/10.1080/01446193.2024.2271156>
- [5]. DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147–160. <https://doi.org/10.2307/2095101>
- [6]. Duan, W., Xue, X., Chen, Z., & Liu, L. (2025). How do institutional pressures influence corporate social responsibility? *Information Technology and Management*, 26(2), 115–134. <https://doi.org/10.1007/s10799-025-00447-4>
- [7]. González-Sánchez, R., Martínez-Falcó, J., & García-Sánchez, I. M. (2022). Are coercive environmental pressures effective? An empirical study on greenwashing. *Business Strategy and the Environment*, 31(5), 2031–2045. <https://doi.org/10.1002/bse.3027>
- [8]. Heikkinen, T., Heikkurinen, P., & Lämsä, A. M. (2023). Institutional pressures and organizational responses in sustainability: Evidence from Finnish manufacturing. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 14(2), 221–245. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-06-2022-0234>
- [9]. Javed, M., Hussain, A., & Basheer, M. F. (2022). Do coercive pressures improve environmental sustainability? Evidence from Pakistan's energy sector. *Environmental Science and Pollution Research*, 29, 21735–21750. <https://doi.org/10.1007/s11356-021-17458-7>
- [10]. Kahupi, I., Yakovleva, N., Okorie, O., & Hull, C. E. (2024). Implementation of Circular Economy in a Developing Economy's Mining Industry Using Institutional Theory. *Journal of Environmental Management*, 350, 120945. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2023.120945>
- [11]. Laallam, A., Nomran, N. M., Kashi, A., & Abumughli, A. A. (2024). Do institutional environment and corporate governance structures determine Islamic Banks' sustainability performance? *Borsa Istanbul Review*, 24(1), 33–48. <https://doi.org/10.1016/j.bir.2023.04.002>
- [12]. Liu, L., Duan, W., Xue, X., & Chen, Z. (2025). How do institutional pressures influence corporate social responsibility? *Information Technology and Management*, 26(2), 115–134. <https://doi.org/10.1007/s10799-025-00447-4>
- [13]. Rossi, A., Cimini, C., & Giacosa, E. (2021). Environmental regulations and isomorphic behavior in SMEs: The Italian food industry case. *Journal of Small Business Management*, 59(3), 412–437. <https://doi.org/10.1080/00472778.2020.1745802>
- [14]. Shahzad, M., Qu, Y., & Zafar, A. U. (2023). Is greenwashing a response to institutional pressure? Insights from a multi-case study. *Technological Forecasting and Social Change*, 190, 122347. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2023.122347>
- [15]. Singh, S. K., Del Giudice, M., Chierici, R., & Graziano, D. (2022). Green innovation and environmental performance: The role of institutional pressures and circular economy. *Journal of Business Research*, 139, 1344–1353. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2021.10.047>
- [16]. Sun, Y., Xu, H., & Zhu, X. (2023). The multilevel influence of international organizations on corporate environmental performance. *Environmental Impact Assessment Review*, 98, 106914. <https://doi.org/10.1016/j.eiar.2022.106914>
- [17]. Tao, Y., Chen, Z., & Liu, C. (2022). Governing across scales: The interplay of global norms and national enforcement in environmental regulation. *Regulation & Governance*, 16(4), 1120–1135. <https://doi.org/10.1111/rego.12378>
- [18]. Wang, D., & Zhang, L. (2020). Institutional logic and sustainability performance: A study on coercive pressures in China's construction sector. *Sustainability*, 12(24), 10561. <https://doi.org/10.3390/su122410561>
- [19]. Wang, J., Li, Z., & Zhao, M. (2021). Ambiguity in environmental regulation and its effect on firm behavior: Evidence from China. *Environmental Politics*, 30(6), 963–986. <https://doi.org/10.1080/09644016.2021.1887715>
- [20]. Xiaoqian, F., & Cao, Y. (2025). Connotation analysis, theoretical foundation, and research framework of land use functional conflicts. *Transactions of the Chinese Society for Agricultural Engineering*, 41(4), 118–127. <https://doi.org/10.11975/j.issn.1002-6819.2025.04.015>